

GT 4- SAÚDE MENTAL, DIMENSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL E INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi (UFSCar)
Regina Dakuzaku Carretta (USP)

Como forma de enfrentamento da exclusão de pessoas em sofrimento psíquico do mundo do trabalho o movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira se aproximou do movimento da economia solidária iniciando um trabalho de colaboração, desde 2004. Tal parceria estimulou a implantação de iniciativas de inclusão social pelo trabalho no contexto nacional. Em maio de 2010, já havia 393 experiências de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental cadastradas no extinto Cadastro de Iniciativas de Inclusão Social pelo Trabalho (CIST) em todo o Brasil. Já ao final de 2010, o número de experiências cadastradas era 640. Estes números mostram que houve um aumento muito rápido destas experiências como dispositivo no processo de inclusão social dos usuários de serviços de saúde mental, impulsionado pela parceria entre a Coordenação Nacional de Saúde Mental e a SENAES. No entanto, vários desafios ainda se colocavam no processo de consolidação destes EES. Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas iniciativas de inclusão social pelo trabalho, no âmbito da saúde mental, no contexto nacional, é a incompatibilidade legal do recebimento do benefício da Previdência Social com o desenvolvimento de atividades de trabalho pelos usuários dos serviços de saúde mental. Neste sentido, vários movimentos foram realizados na perspectiva de elaboração do marco conceitual e jurídico do cooperativismo social. Cabe pontuar o importante papel da Conferência Temática de Cooperativismo Social como disparadora deste processo, que aglutinou várias pessoas envolvidas com iniciativas de inclusão social pelo trabalho não somente compostas por usuários dos serviços de saúde mental, mas outras que também se encontram em situação de desvantagem social, como pessoas com deficiência, egressos do sistema prisional, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas em situação de rua. Apesar de mudanças concretas ainda não terem sido realizadas em relação à Lei do Cooperativismo Social, este debate, juntamente com ações do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (PRONACOOOP-SOCIAL), delinearum um panorama promissor no sentido da efetivação de cooperativas sociais no território nacional. Embora tenha ocorrido este avanço significativo na direção de políticas públicas de apoio e fomento ao cooperativismo social, desde 2016 assistimos a paralisação e retrocesso neste movimento em função dos desmontes nas Políticas Públicas gerado pelo governo Temer e o atual governo. Importante ressaltar que no âmbito deste movimento de implantação de iniciativas de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária, várias iniciativas artísticas e culturais também foram sendo desenvolvidas. Apesar das dificuldades e desafios encontrados na implantação e sustentabilidade destas iniciativas, existem experiências brasileiras que vem sustentando a importância e viabilidade das mesmas, bem como apresentando bons resultados. Estudos recentes têm mostrado que estas experiências podem apresentar grande potencial de inovação social, produção de vida e emancipação social. A proposta do GT é discutir trabalhos oriundos de pesquisas ou intervenções no campo da economia solidária que tenham como foco a inclusão social de pessoas em desvantagem social, sobretudo, usuários dos serviços de saúde mental, seja por meio do trabalho ou de ações artísticas e culturais, focalizando os modelos desenvolvidos, referenciais teóricos utilizados, métodos, procedimentos, entre outros. Assim, buscamos contribuir para a ampliação de espaços de reflexão sobre iniciativas desenvolvidas na interface entre saúde mental e economia solidária, tendo em vista a necessidade de potencializar e dar maior

visibilidade às experiências que constituem o campo da inclusão social pelo trabalho ou pela cultura e do cooperativismo social.